

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA
PLATAFORMA CENTRALIZADA CIC – CENTRAL DE
INTERMEDIÇÃO DE COMUNICAÇÃO.**

Pelo presente instrumento particular, as Partes abaixo qualificadas **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS EM TELECOMUNICAÇÕES – “ABR TELECOM”**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na SEPS/EQ 702/902 – Conjunto “B” – Bloco “B” – 4º andar – Brasília – DF, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o no. 05.243.212/0001-13, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME, com sede em São Paulo, na Rua Serra de Botucatu, 1.197 - Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03317-001, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n.º 64.917.818/0001-56 e no Cadastro de Contribuintes do Município – CCM, sob o n.º 2.100.708-0, neste ato representada por seu Presidente Sr. José de Araújo Neto, brasileiro, solteiro, psicólogo, portador da cédula de identidade – R.G. n.º 7.777.660-4, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF, sob o n.º 039.413.718-35, doravante denominada **CONTRATADA**.

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, quando referidas individualmente, serão designadas simplesmente **PARTE** e, quando em conjunto, **PARTES**.

Considerando que:

- i. A ANATEL, por meio da Resolução nº 667, de 30/05/2016, aprovou o Regulamento Geral de Acessibilidade em serviços de telecomunicações de interesse coletivo (RGA).
- ii. A ABR Telecom foi selecionada, pelas Prestadoras do SMP, SFTC e do SeAC, para fazer a gestão centralizada da Central de Intermediação de Comunicação – CIC, de uso compartilhado pelas suas Prestadoras

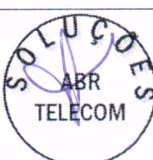
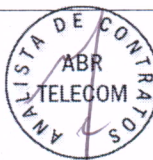
A AME apresentou proposta com sinergia de infraestrutura, para operação e manutenção da Solução CIC - Central de Intermediação de Comunicação Compartilhada, com gestão centralizada na ABR Telecom.

As **PARTES**, tem entre si, justo e acordado a celebração do presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, doravante denominado simplesmente **CONTRATO**, que será regido na forma das cláusulas e condições a seguir estipuladas:

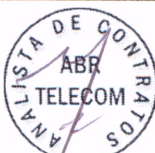
CLÁUSULA 1ª - DEFINIÇÕES

1.1 - São adotadas neste CONTRATO as seguintes definições:

- 1.1.1 - **Acessibilidade**: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.



- 1.1.2 - **Central de Intermediação de Comunicação (CIC):** destinada a intermediar a comunicação telefônica entre Usuários com Deficiência Auditiva (UDA) e qualquer usuário destino, inclusive com o SAC da prestadora, por meio de videochamada onde um interprete em LIBRAS faz a tradução da comunicação ao usuário destino e vice-versa, com gestão centralizada pela ABR Telecom através de Portal de Gestão disponibilizado pela **CONTRATADA**.
- 1.1.3 - **ICOM:** plataforma de comunicação e intermediação em LIBRAS, entre usuários com deficiência auditiva e qualquer outro usuário destino, através de videochamadas, áudio e *webchat* por meio de intérpretes habilitados e certificados em LIBRAS.
- 1.1.4 - **Janela de Libras:** espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais.
- 1.1.5 - **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS:** Língua de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que constitui o sistema linguístico de comunidades surdas do Brasil.
- 1.1.6 - **Posição de Atendimento (PA):** responsável pela intermediação e interpretação de LIBRAS para Língua Portuguesa e vice-versa, entre usuários com deficiência auditiva (UDA) e usuários sem deficiência auditiva.
- 1.1.7 - **Ponto de Atendimento Presencial (PAP):** Lojas e Revendas Autorizadas das Prestadoras, onde usuários com deficiência auditiva (UDA) poderão ser atendidos presencialmente pelos funcionários desses PAP, que acessarão a plataforma ICOM para que a comunicação com o UDA seja intermediada pelo interprete em LIBRAS através de vídeo chamada, que traduzirá a comunicação para Língua Portuguesa.
- 1.1.8 - **Pessoa com deficiência:** é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- 1.1.9 - **Prestadoras:** Prestadoras do Serviço de Telecomunicações do STFC, SMP e SeAC, usuárias da plataforma CIC.
- 1.1.10 - **Tecnologia Assistiva ou ajuda técnica:** produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- 1.1.11 - **Terminal Telefonico para Surdos – (TTS):** terminal telefônico especial que opera na rede fixa, dotado de teclado alfanumérico para digitação de mensagens e visor para exibir textos digitados e recebidos, para permitir que deficientes auditivos ou pessoas com dificuldade da fala possam se comunicar com outras pessoas.
- 1.1.12 - **Usuários:** clientes das Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações.
- 1.1.13 - **Usuário com deficiência auditiva – (UDA):** é aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza sensorial auditiva, podendo obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- 1.1.14 - **Videochamadas:** aplicações de conversação em tempo real, por meio de áudio e vídeo, utilizadas na internet.
- 1.1.15 - **Webchat:** aplicações de conversação em tempo real, por meio de texto, utilizadas na internet.



CLÁUSULA 2ª - OBJETO

2.1 - **Serviços:** Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação de serviços de implementação da plataforma ICOM, com operação e manutenção da Central de Intermediação de Comunicação Compartilhada - CIC, de forma centralizada, com a utilização de infraestrutura humana composta por profissionais habilitados e certificados em LIBRAS, bem como os demais serviços, soluções e equipamentos complementares, infraestrutura física e lógica (*hardware e software*), e tudo o mais que seja necessário à operação e comunicabilidade com a referida plataforma, de forma a assegurar a necessária prestação dos serviços, por meio de tecnologia assistida ou ajuda técnica, em estrita conformidade com as disposições e especificações técnicas estabelecidas neste CONTRATO e seus Anexos, além das disposições estabelecidas no Regulamento Geral da Acessibilidade (RGA).

2.1.1 - A solução será suportada em regime 24 horas por 7 dias por semana (24h x 7d).

2.1.1.1 - Para o início das atividades, a Solução contemplará a contratação de 04 (quatro) PAs, sendo 2 (duas) em regime 24 (vinte e quatro) horas durante 7 (sete) dias (24hx7d) e 2 (duas) em regime 12 (doze) horas durante 5 (cinco) dias (12hx5d).

2.1.1.2 - Posição de Atendimento Adicional: a implantação de 1 (uma) Posição de Atendimento adicional com seu regime escolhido, ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, dentro do mesmo mês, após a solicitação formal e por escrito da demanda pela **CONTRATANTE**. Na hipótese de mais de uma solicitação, o prazo deverá ser negociado entre as partes. A desativação de Posição de Atendimento adicional, ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a partir da solicitação

2.1.1.3 - A infraestrutura humana será composta por profissionais habilitados, certificados com experiência comprovada na realização de vídeo interpretação LIBRAS/Português, para a tradução da comunicação entre o Usuário com Deficiência Auditiva (UDA) e o usuário de destino por meio de videochamada, Terminal Telefônico para Surdos (TTS) ou comunicação escrita (*webchat*), em regime contínuo.

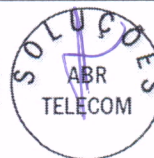
2.1.2 - Para implementação da Solução, a **CONTRATADA** apresentará um modelo de Operação e Suporte para tratamento de incidentes, problemas, mudanças, requisições de serviço, e demais disciplinas com base na Biblioteca ITIL.

2.1.2.1 - À aprovação pela **CONTRATANTE** do modelo apresentado pela **CONTRATADA** referido no item 2.1.2 acima, as Partes estabelecerão em conjunto as métricas dos KPIs (Indicadores de Desempenho) e KGIs (Indicadores de Objetivo) a serem adotadas, após o período de 4(quatro) meses de SLO (*Service Level Objective*), contados a partir da data de entrada em operação.

2.1.3 - Os serviços serão prestados pela **CONTRATADA** conforme documento de requisitos técnicos descritos o AnexoIII a este CONTRATO.

2.2 - **Manutenções Evolutivas (RdMs):** o desenvolvimento e implantação de eventuais manutenções evolutivas ocorrerão conforme demanda da **CONTRATANTE**, sendo que os custos e o escopo técnico de implantação deverão ser negociados e aprovados pela **CONTRATANTE**, previamente à sua execução, passando a ser parte integrante do escopo deste CONTRATO.

2.3 - **Banco de Horas:** A **CONTRATADA** concede, sem custos adicionais, a franquia de 200 (duzentas) horas, limitada sua utilização a 30 (trinta) horas mensais, para eventuais desenvolvimentos necessários, dentro do período contratual.



- 2.3.1 - Acima de 30 (trinta) horas/mês, as horas excedentes serão cobradas como hora avulsa, utilizando-se inicialmente o saldo remanescente, caso exista.
- 2.4 - **Serviços de Terceiros:** As disposições desta cláusula ou qualquer outra disposição deste CONTRATO não constituem qualquer limitação ao direito da **CONTRATANTE** de utilizar pessoal interno ou de solicitar ou utilizar terceiros para obter serviços em adição ou fora do escopo deste CONTRATO.
- 2.5 - **Anexo:** Os anexos abaixo nomeados fazem parte integrante e indissociável deste CONTRATO como se nele estivessem transcritos, a saber:
- 2.5.1 - Anexo I: SLA – SLAs (*Service Level Agreement*) e Penalidades
- 2.5.2 - Anexo II: Proposta Técnica de 21/02/2017
- 2.5.3 - Anexo III: Documento de Requisitos Técnicos
- 2.6 - **Divergências entre Documentos:** Em caso de divergência entre corpo do CONTRATO e seus Anexos, prevalecerão os termos e condições do CONTRATO.

CLÁUSULA 3ª - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

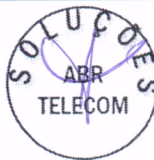
- 3.1 - Pelos serviços prestados na forma e modo deste CONTRATO a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de R\$ 165.982,00 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e dois reais), referente a 4 (quatro) Posições de Atendimento, conforme descrito no item 2.1.1.1.
- 3.2 - **Posição de Atendimento Adicional:** para a contratação de Posição de Atendimento Adicional, será cobrado o valor mensal de R\$ 53.200,00 (cinquenta e três mil e duzentos reais) para Posição de Atendimento de 24 (vinte e quatro) horas e R\$ 19.475,00 (dezenove mil e quatrocentos e setenta e cinco reais) para Posição de Atendimento de 12 (doze) horas.
- 3.3 - As manutenções evolutivas que excederem o limite de 30 (trinta) horas mensais, estipuladas dentro da franquia, constante do item 2.3, serão cobrados à base de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora/homem de trabalho.
- 3.3.1 - O valor total previsto no item 3.1 contempla a disponibilidade de 200 (duzentas) horas, para desenvolvimento e implantação de eventuais requisições de mudanças evolutivas (RdM) e customizações supervisionadas, observadas as disposições no item 2.3 e subitem.
- 3.4 - Nos preços definidos e estabelecidos nesta cláusula, estão incluídas e compreendidas todas as despesas/custos da **CONTRATADA** para a execução deste CONTRATO, tais como: as despesas com salários e benefícios de seus colaboradores, remuneração de seus subcontratados, equipamentos disponibilizados aos seus empregados e subcontratados, alimentação, transporte, alojamento, assistência médica, leis trabalhistas, previdenciárias e de seguro; as despesas com tributos, taxas e contribuições municipais, estaduais e federais no Brasil, as despesas administrativas e outras que se apresentarem sob quaisquer títulos, inclusive lucro da **CONTRATADA**. A discriminação das despesas/custos deste item é meramente exemplificativa, onde qualquer omissão nela verificada, não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade pela satisfação das exigências decorrentes e previstas neste CONTRATO e na legislação em vigor.
- 3.4.1 - As despesas ligadas direta ou indiretamente com a prestação dos serviços como gasolina, hospedagem, locomoção, ligações, locações, entre outras, fora da sede da **CONTRATADA**, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, limitadas a 6 (seis) viagens/ano.



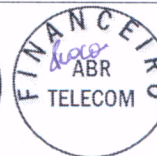
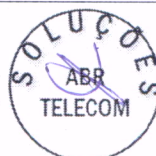
- 3.4.2 - As despesas com as viagens adicionais ao estabelecido no item 3.4.1, serão de responsabilidade da **CONTRATANTE**, desde que previa e expressamente autorizada pela **CONTRATANTE**.
- 3.5 - Todos os valores, estabelecidos no CONTRATO, serão reajustados anualmente, por mútuo acordo de vontades, pela variação positiva do IST (Índice dos Serviços de Telecomunicações), de acordo com a data base acordada de maio de 2017.
- 3.6 - Os pagamentos realizados pela **CONTRATANTE** não isentam a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades contratuais e legais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.
- 3.7 - Os pagamentos devidos por força deste CONTRATO serão efetuados da seguinte forma:
- 3.7.1 - Através de boleto bancário, que será encaminhado pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** junto com a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços e deverá ser entregue a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos Serviços. Os pagamentos serão efetuados em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento dos documentos de cobrança e fiscais mencionados neste item.
- 3.7.2 - Os documentos de cobrança devem ser enviados para a **CONTRATANTE**, no endereço indicado no preâmbulo, aos cuidados do Departamento Financeiro. Quando se tratarem de Notas Fiscais eletrônicas deverão ser enviadas ao seguinte e-mail da **CONTRATANTE**: contasapagarfinanceiro@abrtelecom.com.br;
- 3.7.3 - Fica vedado o faturamento direto contra a **CONTRATANTE**, por parte de terceiros prestadores de serviços subcontratados pela **CONTRATADA**.
- 3.7.4 - O atraso na apresentação dos documentos de cobrança ou erros na sua emissão, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, exonerará a **CONTRATANTE** da realização do pagamento dos serviços prestados, no prazo avençado no item 3.7.1 desta cláusula, situação que perdurará até a efetiva regularização na apresentação dos documentos pela **CONTRATADA**.
- 3.7.5 - A **CONTRATANTE** deduzirá das faturas, se houver, as importâncias relativas às despesas, à título de débitos, prejuízos, danos, bem como às multas e penalidades aplicáveis à **CONTRATADA** e definidas na cláusula décima terceira deste instrumento e ainda, às decorrentes da inobservância de quaisquer outras cláusulas deste CONTRATO.
- 3.8 - Os tributos ou os ônus financeiros tributários, federais, estaduais ou municipais, devidos em decorrência, direta ou indireta, deste CONTRATO, ou em virtude de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, sem direito a reembolso pela **CONTRATANTE**.
- 3.9 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente no Brasil.

CLÁUSULA 4ª - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 4.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras estabelecidas neste CONTRATO:
- 4.1.1 - Prestar os serviços conforme previsto neste CONTRATO e em seus anexos, utilizando-se de profissionais especializados, habilitados e qualificados, em número suficiente para a satisfação das necessidades dos serviços nos prazos contratuais.
- 4.1.2 - Dar suporte à **CONTRATANTE**, bem como suporte aos usuários das Prestadoras, na modalidade 24 (vinte quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana.



- 4.1.3 - Prover documentação técnica e de treinamento completos, claros e de qualidade, que propicie entendimento à **CONTRATANTE** e aos usuários do sistema, bem como suas atualizações sempre que necessário;
- 4.1.4 - Disponibilizar vídeo em LIBRAS e em Português, de caráter instrutivo para a capacitação dos UDAs e dos usuários sem deficiência, de caráter tutorial, os quais farão parte da plataforma, tanto quando acessadas através dos websites das Prestadoras como quando pelo APP através de *smartphones* e *tablets*.
- 4.1.5 - Prover e manter estruturas de *software* e *hardware* que permitam a instalação dos aplicativos de acesso nos *websites* das Prestadoras, bem como nos dispositivos móveis celulares e *tablets*, permitindo aos usuários utilizarem a CIC através de qualquer dispositivo apto a acessar a internet;
- 4.1.6 - Nomear um preposto, responsável pela coordenação dos serviços, habilitado a tomar as providências necessárias para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, aos quais a **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, todos os esclarecimentos que julgar necessários.
- 4.1.7 - Fornecer, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento de solicitação por escrito da **CONTRATANTE**, os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas sobre os serviços executados ou em execução.
- 4.1.8 - Não contratar profissionais pertencentes aos quadros da **CONTRATANTE**, exceto em caso de anuência explícita desta.
- 4.1.9 - Planejar todas as atividades contratuais de acordo com as especificações do Anexo II deste CONTRATO, observando o alinhamento com as metodologias e políticas definidas pela **CONTRATANTE**.
- 4.1.10 - Cumprir rigorosamente os prazos dos serviços contratados.
- 4.1.11 - Participar de todas as reuniões que forem convocadas pela **CONTRATANTE** sobre a execução dos serviços contratados.
- 4.1.12 - Manter atualizados seus dados cadastrais junto à **CONTRATANTE**, informando sobre todas e quaisquer alterações eventualmente ocorridas, principalmente de dados bancários, prestando tais informações sempre por escrito, em documento assinado por seu representante legal.
- 4.1.13 - Executar os serviços contratados sem prejudicar as características e sem afetar o perfeito funcionamento de infraestrutura e sistemas/soluções existentes nos ambientes da **CONTRATANTE** e das Prestadoras, tais como telecomunicações, informática, rede elétrica e hidráulica e sem provocar danos ao meio ambiente e às instalações da **CONTRATANTE**.
- 4.1.14 - Cumprir os prazos dos serviços contratados, responsabilizando-se por todas as perdas e danos que a **CONTRATANTE** venha a incorrer, direta ou indiretamente, em decorrência dos atrasos dos serviços por sua culpa exclusiva.
- 4.1.15 - Cumprir com todas as suas obrigações perante as leis trabalhistas, tributárias, de previdência e assistência social, de segurança do trabalho e de meio ambiente, bem como pagar quaisquer valores que sejam ou venham a ser devidos a qualquer título e a qualquer tempo em relação aos seus colaboradores, assumindo todas e quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, oriundas e/ou relacionadas aos serviços contratados.
- 4.1.16 - Sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, apresentar os comprovantes de pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de seus empregados



alocados na prestação de serviços, de modo que a **CONTRATANTE** possa verificar o estrito cumprimento do subitem 4.1.11.

4.1.17 - Facilitar a ação da **CONTRATANTE** no acompanhamento, fiscalização e auditoria dos serviços, permitindo livre acesso à documentação e ambientes que sejam relacionados aos serviços objeto do CONTRATO.

4.1.18 - Subcontratar total ou parcialmente a execução objeto do presente CONTRATO, somente com a prévia e expressa autorização por escrito da **CONTRATANTE**. Autorizada a subcontratação, a **CONTRATADA** permanecerá com integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as condições e obrigações contratuais frente a **CONTRATANTE**, ficando esta última desobrigada de quaisquer responsabilidades por obrigações que a **CONTRATADA** tenha contraído ou venha a contrair, a qualquer título, com a sub**CONTRATADA**.

4.2 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras estabelecidas neste CONTRATO:

4.2.1 - Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** de acordo com o previsto no presente CONTRATO.

4.2.2 - Prestar à **CONTRATADA** todas as informações que lhe forem solicitadas para o bom e fiel cumprimento dos serviços contratados.

4.2.3 - Comunicar a **CONTRATADA** por escrito, sempre que constatar alguma irregularidade nos serviços por ela executados, possibilitando-a de corrigi-los a tempo e modo.

4.2.4 - Não contratar profissionais pertencentes aos quadros da **CONTRATADA**, exceto em caso de anuência explícita desta ou de rescisão deste CONTRATO, sendo que, em caso de rescisão, esta contratação só pode ocorrer 6 (seis) meses após a data da rescisão. Em caso de venda ou transferência de controle da **CONTRATADA**, este item perderá seu efeito.

4.2.5 - Nomear um preposto que será responsável pela comunicação entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

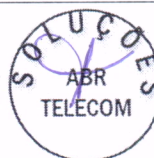
CLÁUSULA 5ª - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1 - **Perdas e Danos:** As Partes respondem por si seus empregados, prepostos, executivos ou colaboradores, e subcontratados pelas perdas e danos causados à outra Parte na execução deste CONTRATO.

5.2 - **Defeitos dos Serviços:** A **CONTRATADA**, durante a execução do CONTRATO, é responsável pela correção dos defeitos dos serviços, às suas expensas.

5.3 - **Terceiros:** Caso qualquer das Partes, em procedimento administrativo ou judicial no qual tenha apresentado todas as defesas cabíveis, venha a arcar com qualquer sanção administrativa, indenização, multa, honorário de advogados e/ou reembolso a terceiros, diretamente relacionados a uma ação ou omissão imputável a outra Parte na execução deste CONTRATO, esta ressarcirá a Parte Inocente em proporção igual ao montante do seu desembolso financeiro a terceiros, efetivo e comprovado.

5.4 - **Denúnciação à Lide:** Caso qualquer das Partes venha a ser compelida a defender-se judicialmente em qualquer ação movida por terceiros, seja de que natureza for, em razão de ação ou omissão imputável a outra Parte, esta será denunciada à lide e deverá comparecer em juízo para aceitar a denúncia à lide e isentar a Parte Inocente, se for o caso, de qualquer responsabilidade a esse título.



- 5.5 - **Responsabilidade ilimitada:** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á, ilimitadamente, por toda e qualquer quantia que a **CONTRATANTE** ou as **PRESTADORAS** vierem a arcar em função de falhas na prestação do Serviço de responsabilidade da **CONTRATADA**, em especial em se tratando de condenação emanada em processo administrativo instaurado por meio de Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações (“PADO”) pela ANATEL, ou qualquer Órgão de Defesa do Consumidor.
- 5.6 - Responsabilizar-se, única e exclusivamente, direta ou regressivamente, pelo uso de inventos, marcas, patentes, obras literárias, desenhos ou equivalentes, protegidos pela legislação em vigor, relacionados aos programas de computador utilizados na prestação dos serviços, efetuando o pagamento devido pelos direitos autorais e/ou intelectuais de terceiros, sob pena de responder integralmente pelas perdas e danos de qualquer natureza a que der causa perante a **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA 6ª - PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 6.1 - As **PARTES** retêm os respectivos direitos autorais, de propriedade intelectual e industrial das obras criadas, desenvolvidas ou modificadas durante a vigência deste CONTRATO.
- 6.2 - Nenhum direito autoral, de propriedade intelectual e industrial atualmente existente, ou que venha a ser adquirido ou licenciado por uma **PARTE** será outorgado à outra **PARTE**.
- 6.3 - Cada **PARTE** é responsável, sem nenhum custo adicional para a outra **PARTE**, pela obtenção das licenças relativas à propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros usados para o cumprimento de suas respectivas obrigações neste CONTRATO.
- 6.4 - As **PARTES** zelarão para que não seja efetuada qualquer reprodução dos softwares utilizados para prestação dos serviços, sendo expressamente proibida, sob qualquer hipótese, a adaptação, cessão, revenda ou transferência dos mesmos.
- 6.5 - Nenhuma **PARTE** pode publicar ou usar logotipo, marcas e patentes registrados pela outra **PARTE**.
- 6.6 - As marcas registradas por qualquer uma das **PARTES** para identificar seus serviços, bem como o(s) logotipo(s) registrado pelas **PARTES**, são de propriedade de cada uma delas.
- 6.7 - Cada uma das **PARTES**, seus empregados ou entidades terceirizadas não terão quaisquer direitos, relativamente às marcas ou logotipos de propriedade da outra **PARTE**, exceto na medida do que estiver expressamente estabelecido no presente CONTRATO.

CLÁUSULA 7ª - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- 7.1 - Cada uma das **PARTES**, em virtude do acesso que tiveram e terão às informações confidenciais da outra **PARTE**, assume reciprocamente o compromisso de:
- 7.1.1 - Não permitir o acesso às informações confidenciais da outra **PARTE**, que não seus respectivos administradores, representantes, empregados e consultores, e a estes apenas na extensão necessária para permitir a prestação dos serviços.
- 7.1.2 - Não utilizar qualquer das informações confidenciais, exceto para os fins previstos no CONTRATO.
- 7.1.3 - Manter total confidencialidade em relação às informações recebidas, inclusive zelando, com rigor, para que não haja circulação de cópias, e-mails, fax ou outras formas de comunicação privada ou pública das informações, além da estritamente necessária para a prestação dos serviços.



7.2 - As **PARTES** declaram que não constituem infração ao disposto na Cláusula 7.1 as hipóteses em que:

7.2.1 - A informação confidencial torne-se disponível ao público em geral por meio que não resulte de sua divulgação pelas **PARTES** ou seus representantes, suas controladoras, controladas ou empresas que, direta ou indiretamente, estão sujeitas ao mesmo controle a que está sujeita a **PARTE**.

7.2.2 - A revelação seja exigida por autoridade governamental ou ordem de juízo/tribunal competente sob pena de ser caracterizada desobediência ou outra penalidade. Nessas hipóteses, o material a ser revelado deverá ser objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável.

7.2.3 - A revelação seja previamente autorizada pela outra **PARTE**, por escrito.

7.3 - As **PARTES** reconhecem que todas as informações confidenciais fornecidas constituem propriedade exclusiva da **PARTE** que as forneceu, e que sua revelação ou a celebração do presente Contrato não implicam, de forma alguma, licença, autorização, concessão, cessão, transferência, expressa, tácita ou implícita, de qualquer direito autoral, de propriedade intelectual ou industrial, ideia, conceito, marca, patente, ou outro direito de titularidade das **PARTES**, estando todas elas protegidas na forma cláusula 8 acima.

7.4 - Para fins do presente CONTRATO, entende-se por informações confidenciais, além de todo o conteúdo dos serviços, toda e qualquer informação e documentos de qualquer espécie que sejam entregues a uma das **PARTES** pela outra **PARTE**, ou por seus consultores, auditores, contadores, advogados, representantes e empregados, que sejam relativos aos negócios das **PARTES** ou aos negócios de seus clientes, fornecedores e associados, incluindo, mas sem qualquer limitação, dados cadastrais dos usuários, dados de gestão, dados financeiros e estratégias de mercado, dados técnicos e mercadológicos etc. As **PARTES** deverão instruir todos aqueles a quem fornecerem acesso a informações confidenciais da outra **PARTE** sobre a obrigação de confidencialidade e de não divulgação ora assumidas.

7.5 - As **PARTES** continuarão obrigadas a conservar e manter a mais estrita confidencialidade em relação às informações confidenciais, obtidas em virtude da execução do CONTRATO, por um prazo de 10 (dez) anos contados de seu término.

7.6 - Findo ou rescindido o presente CONTRATO, as **PARTES** ficam obrigadas a destruir e/ou restituir a outra **PARTE** todas e qualquer informação confidencial recebida durante a vigência do CONTRATO. A destruição deverá ser formalizada mediante declaração escrita que ateste que a **PARTE** receptora destruiu de forma segura e apropriada toda informação que estava em seu poder. Da mesma forma, a restituição das informações recebidas deverá ser acompanhada de recebido de entrega, devidamente protocolado.

7.7 - A violação dos deveres estabelecidos nesta Cláusula 7ª, poderá ensejar, a critério da **PARTE** inocente, a rescisão do presente CONTRATO e sujeitará a **PARTE** infratora ao ressarcimento de todos os prejuízos, incorridos pela **PARTE** prejudicada por tal violação, devidamente apurados em processo judicial, observadas as disposições da Cláusula 10ª abaixo.

CLÁUSULA 8ª - DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA E AMBIENTAL

8.1 - A **CONTRATADA** será responsável por todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou securitária com relação aos seus empregados, relacionadas com o período dentro do qual os mesmos mantiveram e mantiverem relação de trabalho com a **CONTRATADA**. A **CONTRATANTE** será responsável por todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou securitária com relação a seus empregados, com relação ao



período em que tais empregados mantiveram ou mantiverem relação de emprego com a CONTRATANTE.

- 8.1.1 - Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, apresentar os comprovantes de pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de seus empregados alocados na prestação de serviços, de modo que a CONTRATANTE possa verificar o estrito cumprimento do item 8.1 -.
- 8.2 - A **CONTRATADA** deverá prestar os Serviços utilizando pessoal próprio e atuar de forma independente. A **CONTRATADA** não tem poderes para obrigar, agir ou assinar qualquer documento em nome da CONTRATANTE.
- 8.3 - Todos os profissionais alocados na prestação dos Serviços pela **CONTRATADA** são a ela subordinados, cabendo à mesma os poderes exclusivos de administração, direção e controle sobre seus negócios e empregados, incluindo qualquer remuneração devida a seus subordinados, inexistindo qualquer vínculo, seja de que natureza for, entre estes e a CONTRATANTE.
- 8.4 - A CONTRATANTE poderá, mediante mútuos entendimentos com a **CONTRATADA**, solicitar o afastamento dos Serviços objeto deste CONTRATO, de qualquer profissional da **CONTRATADA**, que por alguma razão apresente comportamento julgado inconveniente ou inadequado ao desenvolvimento dos serviços ora contratados, arcando a **CONTRATADA**, exclusivamente com os ônus decorrentes dessa substituição, sendo certo que a necessidade de substituição aqui prevista não implica demissão ou pedido de demissão pela CONTRATANTE do referido profissional à **CONTRATADA**.
- 8.5 - As Partes se comprometem a não contratar profissionais pertencentes aos quadros da outra Parte, exceto em caso de anuência explícita desta ou de rescisão deste CONTRATO, sendo que em caso de rescisão esta contratação só pode ocorrer 6 (seis) meses após a mesma.
- 8.6 - Mão de Obra Infantil ou Forçada: A **CONTRATADA** se compromete a combater, na medida do possível, e em nenhuma hipótese utilizar mão de obra infantil ou forçada, sob pena de rescisão imediata do contrato, sem necessidade de notificação prévia e responsabilizando-se pela defesa da CONTRATANTE em qualquer questionamento/processo, judicial e/ou administrativo, decorrente de falha da **CONTRATADA** neste sentido, inclusive com o pagamento de honorários advocatícios, custas, multas e condenações eventualmente aplicadas, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, bem como da abertura de processo criminal.
- 8.7 - Responsabilidade Ambiental: A **CONTRATADA** efetuará seus maiores esforços para gerar o menor impacto ambiental possível, respeitando toda a legislação e normatização, seja federal, estadual ou municipal, relacionada ao meio-ambiente, respondendo em sua totalidade por eventuais questionamentos ou processos neste sentido, inclusive com o pagamento de honorários advocatícios, custas administrativas e/ou judiciais, multas e condenações eventualmente aplicadas. A **CONTRATADA** será ainda responsável pela defesa da **CONTRATANTE** em qualquer questionamento/processo, judicial e/ou administrativo, decorrente de falha da **CONTRATADA** das obrigações ora referidas, inclusive com o pagamento de honorários advocatícios, custas, multas e condenações eventualmente aplicadas, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, bem como da abertura de processo criminal.

CLÁUSULA 9ª - GARANTIAS E DECLARAÇÕES ADICIONAIS

- 9.1 - As Partes garantem reciprocamente que não violam quaisquer patentes, direitos autorais, ou *trade-secrets* de terceiros.



- 9.2 - A **CONTRATADA** declara que tem competência técnica, experiência e expertise para a execução dos serviços objeto deste CONTRATO e que em função disso aceitou o escopo dos serviços e formou o preço correspondente. A **CONTRATADA** também declara que o fato da **CONTRATANTE** ter prestado informações sobre a natureza dos serviços objeto deste CONTRATO, não a exime nem diminui sua responsabilidade exclusiva pela adequada execução dos serviços e pelo preço contratado.
- 9.3 - A **CONTRATADA** garante que os serviços serão prestados de acordo com os “Padrões Profissionais”, que significam os padrões (incluindo quaisquer normas relevantes aplicadas no Brasil ou no Exterior), práticas, métodos ou processos geralmente seguidos ou aprovados pelos profissionais e consultores no Brasil em relação à prestação do serviço, assim como o grau de habilidade, diligência, prudência e previsibilidade que se espera de forma razoável de um contratado habilidoso e experiente ao executar serviços relevantes em um projeto similar ao dos serviços ora contratados.
- 9.4 - A **CONTRATADA** declara e garante que todos os profissionais alocados para a prestação dos serviços possuem experiência e expertise em todas as tecnologias utilizadas na prestação dos serviços.
- 9.5 - Cada uma das Partes irá utilizar medidas comercialmente razoáveis para proteger qualquer software por ela fornecido para ou colocado à disposição da outra Parte, para os propósitos de impedir a introdução de qualquer “vírus” ou outra rotina de programa de computador ou de componentes de *hardware* que sejam projetados: (i) para permitir o acesso ou uso por terceiros partes do software da outra Parte de forma não autorizada por este CONTRATO; (ii) incapacitar ou danificar *hardwares* ou danificar, apagar ou retardar o acesso a *softwares* ou dados da outra Parte; ou (iii) realizar qualquer outra ação similar.
- 9.6 - Adicionalmente, a **CONTRATADA** se obriga a respeitar, como mínimo as políticas de segurança da informação da **CONTRATANTE** e/ou manter o mesmo padrão de segurança que utiliza para a proteção de seus softwares e hardwares.

CLÁUSULA 10ª - DA PROTEÇÃO DE DADOS, SIGILO E DIREITO DE AUDITORIA

- 10.1 - **Dados da CONTRATANTE.** As informações e dados relacionados à **CONTRATANTE** e às PRESTADORAS (os “Dados”) são confidenciais, bem como estarão sujeitas ao disposto no item 10.4 e, para fins de **CONTRATO**, serão e permanecerão de propriedade da **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** e quaisquer de seus subcontratados, por este instrumento, estão autorizadas a acessar os Dados, durante o prazo deste **CONTRATO**, conforme seja apropriado única e exclusivamente para a execução de suas obrigações contratuais. Após o término deste **CONTRATO**, por qualquer motivo, a **CONTRATADA** irá retornar à **CONTRATANTE** todos os Dados que estejam em sua posse e em suas máquinas, nas mídias de propriedade da **CONTRATANTE**, fornecidas durante o curso do **CONTRATO**, em formato legível, sem custos para a **CONTRATANTE**.
- 10.2 - **Proteção dos Dados.** A **CONTRATADA** manterá procedimentos de proteção contra destruição, perda ou alteração dos Dados que estejam em sua posse, de modo consistente com os procedimentos escritos que tenham sido estabelecidos e estejam em uso pela **CONTRATANTE** e sejam fornecidos à **CONTRATADA**. Caso nenhum procedimento tenha sido estabelecido pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** irá manter procedimentos de proteção que serão tão rigorosos quanto àqueles mantidos para as suas próprias informações de natureza similar. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, realizar cópias de salvaguarda (backup) dos Dados e manter dados de backup e arquivos de dados na sua posse, sendo que, nesse caso, a **CONTRATADA** terá acesso a tais dados de backup e arquivos de dados, na medida em que razoavelmente seja necessário para a execução dos Serviços.



10.3 - **Direito de Privacidade.** Sem prejuízo do disposto no item 10.4 -, as Partes reconhecem e concordam que a **CONTRATANTE** estará e permanecerá no controle dos Dados a fim de dar cumprimento à legislação aplicável, relacionada à privacidade e ao fluxo, proteção e armazenamento dos mesmos, bem com relativo a cadastros de clientes (coletivamente, “Leis de Privacidade”). Nada neste CONTRATO irá restringir ou limitar de qualquer modo os direitos e obrigações da **CONTRATANTE** como proprietária ou no controle dos Dados para tais propósitos. As Partes também reconhecem e concordam que a **CONTRATADA** poderá manter certas responsabilidades, conforme determinado pelas Leis de Privacidade, na qualidade de empresa processadora prestadora de serviços de tecnologia da informação. A **CONTRATADA** concorda que tais responsabilidades serão consideradas como parte dos serviços a serem fornecidos nos termos deste CONTRATO.

10.4 - **Sigilo.**

- a) **Escopo da Obrigação.** Exceto se de outra forma expressamente prevista neste CONTRATO, as Partes concordam que (i) todas as informações comunicadas a uma delas pela outra Parte; (ii) todas as informações às quais elas tenham acesso em conexão com os Serviços prestados; e (iii) este CONTRATO e os direitos e obrigações das Partes aqui descritos, são e serão considerados confidenciais e como tendo sido recebidos em confiança e serão usados apenas para os propósitos deste CONTRATO. As Partes concordam em utilizar em sua proteção os mesmos meios que usam para resguardo de suas próprias informações confidenciais, os quais, contudo, serão no mínimo, meios razoáveis para prevenir a divulgação e proteger o sigilo de tais informações. Além de todas as demais informações trocadas pelas Partes, serão confidenciais as informações de natureza financeira relacionadas às Partes, seus clientes, fornecedores, parceiros e empregados (inclusive informações de salário). As informações confidenciais não serão reveladas pela Parte que as receber sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, exceto àqueles que tenham a necessidade de acessar tais informações em conexão com o desempenho de suas funções, relacionadas ao cumprimento do objeto deste CONTRATO e desde que firmem um acordo de sigilo contendo termos e condições tão restritivos quanto aqueles estabelecidos neste item 10.4 -. Em qualquer caso, o cumprimento das obrigações de sigilo previstas permanecerá de responsabilidade da Parte que revelar tais informações aos mesmos.
- b) **Exceções.** O acima disposto na alínea “a” não impedirá cada uma das Partes de revelar informações que a ela pertençam ou que (i) já sejam de conhecimento da Parte que as receber, sem qualquer obrigação de sigilo; (ii) sejam ou tornem-se de conhecimento público por outro modo que não o descumprimento deste CONTRATO pela Parte que receber as informações; (iii) sejam legalmente recebidas ou obtidas de um terceiro; (iv) sejam desenvolvidas de modo independente, sem o uso de informações confidenciais da outra Parte; ou (v) sejam reveladas sem restrições similares a um terceiro pela Parte detentora das informações confidenciais. Caso seja necessário revelar uma informação confidencial por determinação ou requerimento de uma autoridade governamental ou judicial, com poderes suficientes para tanto, tal informação confidencial poderá ser revelada nos termos requeridos, desde que a Parte solicitada para revelar informações confidenciais, na medida do possível, comunique a outra Parte previamente e coordene com tal Parte os esforços cabíveis para limitar a natureza e o escopo de tal revelação e evitar que as informações fiquem sujeitas a revelações posteriores ou disponíveis para o público. Caso seja necessário disponibilizar uma informação confidencial em consequência da condução de um processo de solução de conflitos entre as Partes, tal informação confidencial poderá ser revelada. Mediante a solicitação por escrito da Parte que revelar informações à outra, quando do término deste CONTRATO, por qualquer motivo, todas as informações confidenciais em forma de documentos, e todas as suas



cópias serão retornadas a tal Parte ou destruídas, comprometendo-se, neste último caso, a Parte receptora das informações a declarar, por escrito, referida destruição.

10.5 - As disposições 10.1 -; 10.2 -; 10.3 -; e 10.4 - sobreviverão ao término deste CONTRATO por qualquer razão. As Partes continuarão obrigadas a conservar e manter o mais estrito sigilo em relação às informações confidenciais ou privilegiadas, obtidas em virtude da execução do Contrato, por um prazo de 5 (cinco) anos contados do seu término.

10.6 - Direito de Auditoria.

- a. Geral. A **CONTRATANTE**, através de seus funcionários ou auditores independentes que concordem, por escrito, com os procedimentos de sigilo e segurança que sejam razoavelmente requeridos pela **CONTRATADA**, terá acesso a qualquer instalação na qual os Serviços sejam prestados, de modo a permitir a realização de auditorias para verificar a execução dos Serviços e outros aspectos relevantes relacionados a este CONTRATO.
- b. Procedimentos. Tais auditorias ocorrerão durante o horário comercial. A **CONTRATANTE** irá notificar a **CONTRATADA** por escrito com no mínimo de 5 (cinco) dias úteis de antecedência da realização de qualquer auditoria. A **CONTRATADA** irá cooperar com a auditoria, tornando as informações pertinentes, que sejam solicitadas para a execução da mesma, disponíveis em um prazo adequado e auxiliando os funcionários designados pela **CONTRATANTE** ou os seus auditores independentes, conforme razoavelmente necessário. A realização da auditoria não poderá interferir com a capacidade da **CONTRATADA** de continuar prestando os Serviços, nos termos deste CONTRATO, e conforme os Níveis de Serviços acordados. Caso a **CONTRATANTE**, expressamente, requeira recursos ou profissionais além daqueles designados para a execução dos serviços de auditoria, tais recursos e profissionais serão acordados previamente pelas Partes sendo os respectivos custos pagos pela **CONTRATANTE**. Os registros que suportam a execução dos serviços e outros aspectos relevantes do CONTRATO permanecerão na posse da **CONTRATADA**, de acordo com suas políticas de manutenção de registros. Sem prejuízo das disposições em contrário deste CONTRATO, a **CONTRATADA** não irá fornecer acesso a seus dados ou informações de natureza proprietária ou confidencial, de qualquer Afiliada sua ou de outros clientes seus. Toda informação aprendida ou trocada na condução do processo ou como resultado da auditoria, será considerada uma informação confidencial, sujeita ao disposto no Item 10.4 -.
- c. Resultados. Após o término de uma auditoria, a **CONTRATANTE**, se for o caso, irá realizar uma reunião de encerramento com a **CONTRATADA** para discutir os resultados da mesma. As Partes irão rever cada uma das questões levantadas e determinar (i) eventuais ações a serem tomadas em resposta a tais questões, prazo e quem tomará tais ações; e (ii) qual Parte será responsável pelos custos de tais ações necessárias para resolver as questões levantadas. Tais determinações serão baseadas nos seguintes critérios: (a) quem é o responsável pela origem do eventual problema; (b) quem tem responsabilidade contratual pelo item relacionado ao eventual problema ou pela melhoria dos controles internos para se evitar o problema; e (c) quem é responsável pelos padrões recusados pela auditoria.

CLÁUSULA 11ª - VIGÊNCIA



- 11.1 - O presente **CONTRATO** tem início na data de sua assinatura e vigorará por 60 (sessenta) meses contados da data de entrada em produção da Solução, mediante emissão de Ordem de Início dos Serviços pela **CONTRATANTE**.
- 11.2 - Independentemente do prazo estabelecido no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, as disposições do presente **CONTRATO** permanecerão regendo as obrigações ou responsabilidades dele resultantes até a data em que definitivamente forem extintas.

CLÁUSULA 12ª - RESILIÇÃO OU RESCISÃO

- 12.1 - **Denúncia Imotivada:** O presente **CONTRATO**, independentemente de seu prazo de vigência, poderá ser denunciado imotivadamente pelas Partes, a qualquer tempo, mediante notificação de denúncia com prazo de antecedência de 90 (noventa) dias, sem a incidência de multa rescisória.
- 12.1.1 - Ocorrendo a Denúncia Imotivada por parte da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** receberá o valor correspondente aos descontos concedidos para execução dos serviços.
- 12.2 - **Rescisão por Insolvência:** O presente **CONTRATO** ficará rescindido de pleno direito, independente de quaisquer avisos, notificações ou interpelações, se qualquer uma das Partes tiver sua falência ou liquidação decretada, bem como se entrar em processo de recuperação de empresa, judicial ou extrajudicial.
- 12.3 - **Rescisão por Caso Fortuito ou Força Maior:** O presente **CONTRATO** ficará rescindido de pleno direito, independente de quaisquer avisos, notificações ou interpelações, se os efeitos do caso fortuito ou força maior persistirem por mais de 30 (trinta) dias.
- 12.4 - **Rescisão por Inadimplemento:** O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido por quaisquer das Partes por inadimplemento de qualquer obrigação, legal ou contratual, não sanada em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do recebimento de uma notificação por escrito, a respeito da ocorrência do inadimplemento pela Parte prejudicada ou na hipótese das multas por descumprimento de obrigações, aplicadas à **CONTRATADA**, atingirem o limite de 10% do valor do **CONTRATO**.
- 12.5 - **Rescisão por Descumprimentos dos Níveis de Serviços:** O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido motivadamente caso as penalidades aplicadas à **CONTRATADA** pelo descumprimento dos **Níveis de Serviços** acordados no **Anexo I** atinjam o montante de 10% (dez por cento) do valor mensal do **CONTRATO**, durante 3 (três) meses consecutivos.
- 12.6 - **Pagamentos devidos à CONTRATADA:** Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** por serviços regularmente prestados anteriores a data da rescisão do **CONTRATO** deverão ser pagos na forma e prazos estabelecidos neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA 13ª - PENALIDADES

- 13.1 - **Multa Moratória de Pagamento:** Atrasos de quaisquer pagamentos devidos à **CONTRATADA** estão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do pagamento em atraso e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata die", desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, a título de compensação de eventuais ônus financeiros suportados pela **CONTRATADA**.
- 13.2 - **Multa Por Descumprimento de Obrigações Contratuais:** O descumprimento injustificado de obrigações pelas PARTES, ensejará a aplicação de multa mensal, cumulativa e aplicada por descumprimento, equivalente a 10% (dez por cento) do preço mensal disposto no item 3.1,



- a exceção do descumprimento da obrigação de pagamento, que possui multa específica definida na cláusula 13.1.
- 13.3 - **Multa por Descumprimento de Níveis de Serviços (SLA):** Os procedimentos para a aplicação de advertências e multas por descumprimentos dos SLAs e dos processos acordados estão definidos e detalhados no Anexo I.
- 13.4 - **Multa por Rescisão Motivada por Inadimplemento:** A rescisão motivada do CONTRATO implicará na possibilidade da Parte Prejudicada exigir o pagamento de multa punitiva, de caráter penal, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os valores devidos até a data da rescisão, sem prejuízo de exigir indenização adicional ou suplementar por perdas e danos.
- 13.5 - **Cumulação de Multas:** As multas moratórias, por descumprimento de obrigações e por descumprimento dos SLAs (Anexo I), e a multa rescisória são cumulativas entre si.
- 13.6 - **Retenção de Pagamentos:** Durante a vigência do contrato, ou ainda, no momento do seu processo de encerramento, a **CONTRATANTE** estará autorizada a realizar a retenção sobre valores inconteste devidos pela **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a título de garantia, durante as fases de encontro de contas ou apuração de pendências ou definitivamente, no caso de eventual condenação. Poderá ainda, aceitar a apresentação de garantias pela **CONTRATADA**, que deverão ser previamente analisadas e aprovadas pela **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, até que as respectivas pendências sejam regularizadas ou na hipótese do saldo existente no contas a pagar não ser suficiente.
- 13.7 - As Partes reconhecem como líquidas e certas todas as multas e penalidades aplicáveis por força do CONTRATO, ficando a **CONTRATANTE** autorizada a reter tais valores diretamente dos créditos devidos à **CONTRATADA**, por força deste ou de qualquer outro contrato firmado entre as partes, valendo esse CONTRATO como título executivo extrajudicial nos termos da legislação processual em vigor.

CLÁUSULA 14ª - DA CONDUTA ÉTICA

- 14.1 - A **CONTRATADA** declara, para todos os fins, que cumprirá as suas respectivas obrigações, previstas neste CONTRATO, de forma ética, profissional e diligente, observando o cumprimento de toda a legislação aplicável em âmbito nacional, incluindo, mas não se limitando o disposto na Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.
- 14.2 - A **CONTRATADA** é responsável por garantir a conformidade com tais leis por parte de seus colaboradores, subcontratados ou agentes que estejam relacionados ao objeto deste CONTRATO.
- 14.3 - Para a execução deste CONTRATO, a **CONTRATADA** não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios que constituam prática ilegal ou de corrupção.
- 14.4 - O não cumprimento, devidamente comprovado, do disposto nesta será considerado infração grave e conferirá à **CONTRATANTE** o direito de, agindo de boa fé, declarar rescindido de pleno direito, e imediatamente, o presente CONTRATO, sem qualquer ônus de penalidade, sendo a **CONTRATADA** responsável por perdas e danos diretos e demais penalidades, nos termos da legislação aplicável. Nessa hipótese, fica a **CONTRATANTE** desobrigada de observar os procedimentos previstos na cláusula 10ª acima.

CLÁUSULA 15ª - DISPOSIÇÕES GERAIS



- 15.1 - A abstenção do exercício, por qualquer das Partes, de direito ou faculdade que lhe assista por força do presente CONTRATO, ou a eventual tolerância em relação a inadimplementos da outra Parte, não terá efeitos nem mesmo será interpretada como uma renúncia, novação ou perdão.
- 15.2 - Nenhuma das Partes poderá ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título, no todo ou em parte os direitos e/ou obrigações adquiridos por força deste CONTRATO, sem o prévio consentimento, por escrito, da outra Parte, ressalvado o direito da **CONTRATANTE** de ceder este CONTRATO para empresas controladas; controladoras; coligadas ou ligadas; ou que estejam sob o mesmo controle.
- 15.3 - Exceto se de outra forma expressamente previsto no presente CONTRATO, a utilização, inclusive a forma de utilização, de qualquer marca, nome comercial, nome de domínio, patente ou qualquer propriedade intelectual da outra Parte dependerá de prévia aprovação, por escrito, da respectiva Parte.
- 15.4 - Este CONTRATO constitui obrigações de parte a parte nos limites escritos das disposições contidas neste instrumento. Nenhuma outra obrigação ou direito entre as Partes será, portanto, assumida como necessária (o) ou existente, além daquela (es) especificamente aqui estabelecida (s)(os).
- 15.5 - Todas as notificações ou comunicações de qualquer espécie a serem dirigidas por qualquer das Partes a outra Parte com relação ao presente CONTRATO serão elaboradas por escrito e (i) transmitidas via fac-símile ou correio eletrônico ("e-mail"), desde que com confirmação escrita de recebimento pelo destinatário, via fac-símile; (ii) enviadas através de Cartório de Títulos e Documentos; ou (iii) entregues pessoalmente, com confirmação escrita de recebimento pelo destinatário, nos seguintes endereços:

15.6 - Se para a **CONTRATANTE**:

ABR TELECOM

A/C: Gerência de Operações

SEPS/EQ 702/902 – Conjunto "B" – Bloco "B" – 4º andar

Brasília – DF

CEP: 70.390-025

Email: operacoes@abrtelecom.com.br

Tel.: (61) 2105-0606

15.7 - Se para a **CONTRATADA**:

AME

A/C Diretoria de Operações

Rua Serra de Botucatu, nº 1.197

São Paulo – SP

CEP: 03317-001

E-mail: icom@ame-sp.org.br

Tel.: (11)2360-8933

- 15.8 - Os compromissos e obrigações aqui assumidos pelas Partes são passíveis de execuções específicas, nos termos do Código de Processo Civil, servindo este instrumento como título executivo extrajudicial.



- 15.9 - Este CONTRATO consiste no pleno e completo entendimento entre as Partes com relação às matérias aqui contidas, substituindo todas as discussões e documentos anteriores relativamente às mesmas matérias.
- 15.10 - Este CONTRATO somente poderá ser alterado por meio de aditivos contratuais escritos e assinados pelas partes.
- 15.11 - A **CONTRATADA** declara e garante, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, na data de assinatura deste instrumento e durante o seu período de vigência, o que segue:
- 15.11.1 - Está devidamente constituída, é validamente existente e encontra-se em situação regular conforme as leis do Brasil. Possui pleno poder e autoridade para possuir, locar ou, de qualquer outra forma, deter seus bens e ativos, assim como conduzir e desenvolver seus negócios, inclusive no que se refere aos respectivos órgãos reguladores.
- 15.11.2 - Exerce suas atividades em conformidade com a legislação vigente, possui pleno poder e autoridade (inclusive, sem limitações, todas e quaisquer aprovações e autorizações regulatórias) para celebrar e cumprir todas as obrigações previstas neste instrumento e para consumir as transações aqui contempladas. Este CONTRATO foi devidamente celebrado e constitui um acordo válido e obrigatório, exequível contra si de acordo com seus termos.
- 15.11.3 - Nem a celebração ou o cumprimento deste instrumento, tampouco a consumação das transações aqui contempladas (i) exigirão qualquer novo registro perante ou nova autorização de qualquer autoridade governamental uma vez que todas as transações aqui contempladas se encaixam no escopo da atual autorização ou registro necessários para exercício da atividade fim de cada empresa; (ii) resultarão na violação de qualquer direito de terceiros, lei ou regulamento aplicável ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas; e (iii) resultarão na necessidade de obter qualquer autorização nos termos de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de seus ativos vinculados e/ou afetados.
- 15.11.4 - Não utiliza práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico.
- 15.11.5 - Não utiliza de trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e de serviços.
- 15.11.6 - Não emprega menor até 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h.
- 15.11.7 - Compromete-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

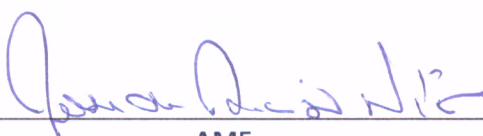


CLÁUSULA 16ª - FORO

16.1 - As Partes se obrigam por si e seus sucessores ao integral cumprimento deste CONTRATO, ficando eleito o foro da Comarca de Brasília-DF, para dirimir quaisquer questões fundadas neste instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 02 de agosto de 2017.


AME

Nome: José de Araújo Neto
Cargo: Presidente


ABR TELECOM


Nome: José Moreira S. Ribeiro
Cargo: Presidente Executivo
ABR Telecom


AME

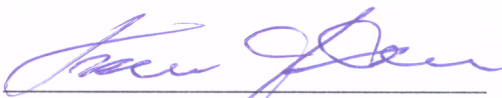
Nome: Roberto Makoto Shimomichi
Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro


ABR TELECOM

Nome: Wilker Passagli
Cargo: Diretor de Operações e Soluções em Telecom
ABR Telecom


Testemunha

Nome: Rosana Dias Valdambrini
CPF: 16.992.707-6
RG 16.992.707-6
CPF 090.271.988-29


Testemunha

Nome: FRANCISCO GOMES DE AZEVEDO
CPF: 150.271.378-20

